

O Cávado

5 DE OUTUBRO DE 1974 — ANO XII — SÉRIE II — N.º 42
ASSINATURA ANUAL (52 NÚMEROS) 150\$00 — NÚMERO AVULSO 3\$00

FUNDADO POR JOÃO AMÂNDIO
SEMÁRIO — AVENÇA

Três palavras

A projectada manifestação da «maioria silenciosa» que deveria realizar-se no passado sábado, dia 28 de Setembro, não chegou a seu termo por manifesta oposição dos partidos políticos. Uns, repudiaram-na passivamente em comunicados espalhados pelos órgãos de informação; outros, activamente, estabelecendo piquetes de filiados e não filiados para impedir a marcha da operação.

Em última análise a «maioria silenciosa» transformou-se em «maioria silenciada». E, para a silenciar, criou-se um clima de emoção que, se não deu origem a tiros, deu origem, no entanto, a mocadas (desculpem, os leitores, a linguagem que não é nossa).

Podrá perguntar-se a quem beneficiou o estado de espírito criado nesta jornada de tão triste memória. É evidente que não, à «maioria silenciada». Nem à sociedade portuguesa. Nem, ao alto nível que se apregoa, à causa da democracia. Então, a quem?

Pela nossa parte entendemos, perfeitamente, ser inoportuna a manifestação projectada. Não tanto pelo perigo das «famosas» armas (de caça, respectivas munições e apetrechos para o efeito, que foram detectadas em alguns veículos; mas não somente porque qualquer manifestação hostil às instituições legalmente estabelecidas ou de apoio agressivo poderiam fazer perigar as negociações com vista ao problema da descolonização do Ultramar.

Não poderemos dar apoio à resolução tardia no sentido de proibir esta jornada, porque entendemos que o facto trouxe graves consequências para os possíveis manifestantes e para o cidadão politicamente despreocupado. Até porque este viu os seus direitos de propriedade violados por elementos não pertencentes às Forças Armadas não munidos de mandatos de busca. Preocupa-nos o facto de ser transferido para o povo este género de autoridade. Estará «o país seguro de que conta com as suas Forças Armadas?».

Continuamos a confiar que sim, apesar de tudo.

Da projectada jornada, segundo palavras autorizadas, «desenvolveu-se uma crise (...) da qual saíram mais reforçados o M. F. A. e as forças democráticas e também aqueles que estão seriamente empenhados em levar este país (...) para os cami-

(Continua na pág. 7)

Liberdades que vamos tendo

Pois é mesmo assim. No país vão-se estendendo os espaços da liberdade. Algumas têm sido assinaladas por nós, com aplauso.

Nem todas, no entanto, nos parecem sofisticadas. Quando as comissões «ad hoc» funcionam, algumas delas são condicionadas, o que também achamos bem por princípio. Entendemos que os direitos da pessoa humana e as leis devem ser defendidas em qualquer regime político. Nada de agressões pessoais nem de agressões ideológicas, se bem que só entendamos por estas as que se dirigem no sentido duma luta frontal contra o programa do M. F. A.

Nem ferir os direitos das pessoas, a nível individual; nem fazer interpretações erróneas da Lei Constitucional, no plano social e político.

Mas também não estaremos muito de acordo em que as insti-

tuições causem feridas profundas nem no corpo nem na alma dos membros sociais. Não queremos a liberdade que, por defeito, nos acorrenta, nem queremos a liberdade que, por excesso, nos desvirtua.

Vem isto a propósito duma

(Continua na 2.ª página)

O despotismo soviético

«Nunca, no curso da História, antiga ou moderna, a humanidade conheceu um despotismo como o que pode vangloriar-se de ter aniquilado fisicamente, confinando-os até à putrefacção, imergindo-os na loucura ou na miséria, tantos representantes da literatura, entre

O General Costa Gomes é o novo Presidente da República após a resignação do General António de Spínola

O país foi sacudido por grave crise no último fim de semana.

O leitor, impiedosamente vergastado pela ressaca dos boatos e do noticiário da imprensa, está como nós, impossibilitado de ver claro nos acontecimentos.

Só nos resta ler — e reler... — os dois notáveis discursos dos srs. General Spínola e General Costa Gomes.

O Sr. General Spínola, igual a si mesmo, sai com a nobre serenidade de quem, perante factos que não podia controlar, impedido de manter firme o ideário do 25 de Abril, só tinha um caminho: o de não colaborar nos riscos, que ameaçam o futuro do país.

Voz do Portugal, silenciado pelos meios de comunicação controlados e pelos que tomaram de

assalto postos-chave, voz de todos nós, ergueu alto e vibrante o: — Portugal, alerta!

O General Costa Gomes respondeu, também em nome de todos nós:

— Alerta está!...

Embora confesse que há profundas divergências entre ele e o General Spínola em relação a interpretar o caso português, no entanto concorda com ele ao ver-

(Continua na 4.ª pág.)

Política Nacional

VI-Dando novas Nações ao Mundo

O dia 26 de Julho último, foi mais um dia histórico dos mais significativos da vida política do País, em todos os tempos. A

comunicação do Senhor Presidente da República e do «solene reconhecimento do direito dos povos dos territórios ultramarinos portugueses à autodeterminação, incluindo o imediato reconhecimento do seu direito à independência», representa, além do mais, um acto corajoso. Acrescentou e concluindo seu pensamento, deste modo: «Precisando melhor, para que não restem dúvidas sobre a importância histórica do momento e a clareza de quanto afirmamos, quer esta declaração significar que estamos prontos, a partir de agora, para iniciar o processo de

O governo da cidade

Quem tiver tempo pode dar uma olhadela pelos jornais que aí correm. Quanto mais disparatado mais lido. Caso dos textos do pretensu doutrinador, Portela filho na República; gongórico até mais não. Certo que se está em tempo de ataque e contra-ataque. Dirão os estrategas que no ataque se quer manha. Eu diria que nos debates de ideais é preciso não ser 8 nem 80.

Errado. O ataque já não é de ideias, mas para a conquista do poder. Logo, não é possível diálogo com quem há muito optou por governo de uma só cor. O que pode haver — e só — é colaboração prática dos factos.

Dividem-se os homens, no que toca à concepção filosófica da vida do mundo em 2 sectores: os cren-tes, que são uns 2.350 milhões e

os não cren-tes que são cerca de 1.000 milhões. 1/3 da humanidade declara-se não crente e nestes se incluem os marxistas. Dos cren-

(Continua na 2.ª pág.)

(Continua na pág. 7)

Democracia e comunismo

Para esclarecimento dos nossos estimados leitores, e dentro dum programa de informação que julgamos útil para uma tomada de posição política no momento em que se parece desenhar a necessidade duma opção, damos hoje a tradução de alguns textos informativos.

— No discurso pronunciado na Assembleia Constituinte em 12-9-1848, o insuspeito Tocqueville afirmava:

«A democracia estende a esfera da liberdade individual?; o Socialismo restringe-a. A democracia atribui todo o valor possível ao indivíduo; o Socialismo transforma cada homem num simples agente, num simples número. A democracia e o socialismo só têm de comum uma palavra: igualdade. Acentue-se, porém,

esta diferença: enquanto a democracia aspira à igualdade na liberdade, o socialismo aspira à igualdade na coacção e na escravidão».

Conf: «Obras Completas de Tocqueville», 1866, Vol. IX, pág. 546.

— O velho amigo de Lenine Max Eastman escreveu também: «Em vez de ser melhor, o Stalinismo é pior que o Fascismo, mais cruel, bárbaro, injusto, imoral, anti-democrático, nem mitigado por uma esperança, nem redimido por um escrúpulo». E ainda: «O Stalinismo é socialismo no sentido de ser o acompanhamento político inevitável, apesar do imprevisível, da nacionalização e colectivização que adoptou

(Continua na 3.ª pág.)

Colonialismo Galego

Manifesto para que sobreviva a cultura da Galiza

Integrada na Espanha, sujeita a um colonialismo sócio-político-cultural de séculos, a Galiza é hoje um país bilingue: 75% da população tem como língua materna o galego-português; 25%, o castelhano.

A afirmação é da responsabilidade dos srs. António Busto Salgado, Maca Cabaleiro, João Currais, José Manuel Garcia Alvarez, Jesus Garcia Castro, Manuel Garcia Otero, Jorge João Gomes Jude, Ricardo Martinez Valcárcel, José Martinho Montero Santalla, Marcial Portela, Uxio Romero Poe, José António Salgado e João Trillo.

São 13 sacerdotes e leigos, residentes em Roma, que redigiram um manifesto de grandes proporções, do qual tiramos as seguintes linhas-mestras.

Verificam os autores que a língua galega está muito longe de gozar no país natal dos direitos, de que goza o castelhano. O facto deve-se ao ensino oficial, à Igreja (os bispos são quase sempre castelhanos ou não-galegos), à administração estatal.

Partindo desse princípio — o facto de a Galiza ser bilingue — propõem a imediata realização duma política justa e equilibrada, que dê ensejo ao galego de se situar como igual, ao lado, ao castelhano.

É curioso verificar que os signatários do manifesto chamam ao idioma galego-português e que redigem o dito manifesto em ortografia portuguesa.

Temos afirmado, em contactos com amigos galegos, que é de absoluta necessidade usar a mesma ortografia — ou de Portugal a da Galiza, o que parece impossível, dado que o português é falado por mais de 130 milhões de pessoas; e o galego, por cerca de dois milhões, ou — o que seria mais fácil — a Galiza passar a usar a actual ortografia portuguesa.

Para conseguir transformar a língua galego-portuguesa em língua verdadeiramente galega, que os galegos possam vir a usar oficialmente os signatários do manifesto, propõem, entre outras coisas, o seguinte:

A rádio galega Centro Emissor

do Noroeste deveria emitir em galego-português o noticiário relativo à Galiza, gastando 50% do tempo global da programação da emissora. O mesmo se diga em relação às rádios, particulares.

O noticiário referir-se-ia a temas galegos e luso-brasileiros.

Para o efeito, as emissoras portuguesas deveriam ouvir-se em toda a Galiza.

A TV espanhola deverá emitir para a Galiza através do posto emissor de Santiago de Compostela o mínimo de 2 horas por dia; um dia inteiro por semana seria dedicado em exclusivo a programação galego-portuguesa.

Será necessário providenciar em ordem a que a TV portuguesa possa cobrir por completo a Galiza, de forma a poder ser vista por quem assim o desejar.

Os jornais galegos seriam também em galego para noticiário regional, o resto em castelhano mas sempre metade em galego, metade em castelhano.

A escola ensinaria em igual proporção o galego e o castelhano, de modo que todos os galegos pudessem vir a escrever em galego-português literário.

Como se sabe, o povo galego falou sempre em galego, mas teve de ouvir homilias, discursos, etc. em castelhano. Os padres sentiam-se como que promovidos socialmente falando em castelhano, na igreja, embora conversassem com os paroquianos, fora dela, em galego.

Esta igualdade de tratamento

entre o galego e o castelhano verificar-se-ia em tudo o mais: tribunal, administração, etc. etc.

Convém lembrar que a Galiza foi esmagada na sua fisionomia cultural a partir dos Reis Católicos e do modo seguinte: os fidalgos tiveram que residir em Madrid, junto da Corte, onde só se falava o castelhano ou... o francês.

Por outro lado, a colonização empreendida in loco através de bispos castelhanos, mandados de Madrid para as dioceses galegas, fez o resto.

Ao longo dos séculos, uma camada castelhanizada continuou escrevendo e falando em castelhano; a outra, isolada, sozinha, o povo, continuou fiel à língua-mãe, à língua de sempre, a sua.

Ultimamente, os jovens saídos das universidades — e enquanto ali estudam — passaram a estimular a sua língua, usando-a na fala e na escrita, o que veio alterar as coisas, mas há ainda muito caminho para andar como se vê por este manifesto.

Despedidos

200 trabalhadores da TAP

Com base no artigo 36 do regulamento de disciplina militar, do decreto n.º 16 963, de 15 de Junho, de 1929, foram despedidos da TAP mais de 200 trabalhadores do hangar n.º 6.

O referido artigo é do teor seguinte: «Sempre que a autoridade militar verificar inconveniente para o rendimento de uma empresa mobilizada a presença de determinados indivíduos, pode proceder ao seu despedimento sem direito a indemnização».

Temo-lo dito e repetimo-lo: os serviços essenciais a um país não deveriam poder invocar o direito da greve.

Aliás não se compreende, como, estando em curso negociações no Ministério do Trabalho com vista a assentar-se de vez no acordo colectivo de trabalho, haja necessidade de recorrer à greve, como se esta — a greve — valesse mais que a lei ou a boa vontade dos governantes.

Uma coisa é o legítimo direito à greve, quando se tiverem esgotado todos os meios para chegar

a acordo; outra, a greve, por fás e por nefas...

Numa hora extremamente grave para o país, em que é preciso trabalhar e duro, não se compreende como possa haver quem crie dificuldades a todos nós.

Todas as igrejas

fechadas na Albânia

Informação de l'Osservatore Romano, órgão da S. Sé, 11 de Julho, de 1967: foram encerradas todas as igrejas da Albânia, sendo a última a catedral de Triana.

A campanha teria sido levada avante pelo ditador, Enver Hodjar e pelos Guardas Vermelhos, vindos de Pequim, os quais transformaram as ditas igrejas em casas de cultura.

O Governo da cidade

(Continuação da 1.ª página)

tes, 1.350 milhões não creem em Jesus Cristo e dos cristãos, só meio milhão reconhece Pedro como pastor máximo.

Como é evidente, pode haver, e há, homens de muito melhor coração e cabeça entre os marxistas (comunistas ou socialistas) que entre católicos. Problema que pertence a Deus julgar. Nota-se-lhes todavia, muita má fé e intolerância para com os outros — às vezes com razão.

Vejam o que há na Venezuela, país de petróleo: desempregados, 50%; mortes de crianças, 25%; filhos ilegítimos, 50%; filhos abandonados, por ano 200 mil; casas — casebres, 40%; 80% das terras são de 2,5% de pessoas (logo só 20% pertence aos 97,5 de Venezuelanos).

Há alguém que possa não achar isto intolerável? Se há, isto não é de Cristo. Se se diz tal, é hipócrita (ver política do Vaticano de J. Chevalier, pág. 440).

Significa: isto tem de levar uma volta, porque: é infame que quem nunca «rodou» como juiz do trabalho o seja no Supremo do trabalho;

— que um fulano tenha tanto hectar de terra que se dê ao luxo de nunca a ir ver para se aposentar em hotel de Lisboa com 30 contos por mês — quando tantos — com filhos — têm casebre e 3 contos;

— que um homem sabedor tenha pela frente um superior ignorante, embora bem cartolado pois falha a honra ao mérito;

— que alguém seja juiz após um só ano de delegado (no resto do tempo, político);

— que os competentes e honestos sejam saneados e substituídos por incapazes (depois, a coisa não anda);

— que o lavrador sue a camisa e coma pão mais caro que o seu vizinho, troilha;

— que o pároco jogue com todos em vez de trabalhar pelo bem — também material — de todos;

— que alguém esbanje dinheiro para atacar pessoas famintas do bem do país em vez de se lhes juntar para uma terra mais justa a todos.

Os galos defrontam-se, ameaçam violências e para quê?

Em Cuba... só ficaram 200 padres.

Se Fidel expulsou os restantes porquê esconder a mão? São factos. Na Rússia: prenderam o bispo Slipyi durante 17 anos na Sibéria. Era o «metropolitano de Lvov...» «único sobrevivente dos onze bispos da Ucrânia.» (Sul da Rússia). Então que tal?

Seguem Marx e Lenine, não há que estranhá-los. São lógicos.

Disse o velho Marx: só existe a matéria (logo, Deus é mito!); esta matéria está sempre a aperfeiçoar-se (o que é puro disparate); o progresso só se dá se as classes (patrões-trabalhadores lutarem entre si (outro mito). Conclusão: tire-se-lhes a terra, veneno de tudo (e de facto, no exagero, é). Seja tudo comum (de todos ou do Estado). Sejam os jornalistas e operários (foice e martelo) a governar.

Mas os outros reagem? «Morte à reacção». E vejam o que fizeram na China a um português no livro «Condenado à Morte». Saber não é só de ouvido, que não basta.

Acácio Torres

Liberdades que vamos tendo

(Continuação da 1.ª página)

simples notícia que nos chega de Itália, daquela Itália que todos conhecemos pela liberdade de costumes... e outras.

Ela refere-se à proibição do filme «O Último Tango em Paris». Pois este filme foi pura e simplesmente proibido naquele país pela sua «manifesta obscenidade».

Nós, porém, somos mais livres

do que os «livres» italianos. Temos o «Último Tango em Paris», temos «Um Outono Escaldante em Veneza»... temos tudo: o que queremos e o que não queremos, o que precisamos e o que não.

Pois poderá ser este um novo processo de politização do povo português. No sentido que se queira entender.

Lembramo-nos dos cuidados médicos a que têm de ser submetidas as pessoas sub-alimentadas. Que se passará com o alimento do espírito depois duma sub-alimentação de 48 anos?

Bem sabemos que quem quer vai e quem não quer... fica.

E sabemos também que não houve ainda ninguém que protestasse contra o «bom» cinema que nos é oferecido.

Nem a própria Igreja, infelizmente.

Não haverá por cá nem tribunais, nem juizes como os de Bolonha?

Bombeiros Voluntários

reunem na Vila Praia de Âncora

A segunda reunião magna dos Corpos de Bombeiros Voluntários dos Distritos de Braga e Viana do Castelo terá lugar na sede dos B. V. de Âncora à Rua 5 de Outubro em Vila Praia de Âncora, no dia 5 de Outubro próximo, com início às 10 horas.

Esta reunião tem por fim a continuação da discussão de problemas da reestruturação de Bombeiros Voluntários a apresentar no próximo ano no Congresso Nacional a realizar em Lisboa, em virtude de não ter sido possível esgotar na reunião reali-

zada em Guimarães, no passado dia 24 de Agosto, a discussão de todas as questões constantes da agenda então enviada a todas as Corporações.

CONTABILISTA

Oferece seus serviços com bons conhecimentos de Contabilidade Industrial / Comercial / Agrícola. Técnico de Contas. Conhecimentos Inglês / Francês / Lei Fiscal / Trabalho. Resposta a este Jornal ao n.º 7.

Cartas ao Director

O Vinho Verde e os Pípos

Ex.mo Senhor Director
do jornal «O Cávado»
BRAGA

Ao ler o que se vem dizendo acerca do vinho verde, aconselhando e alvitando para se melhorar a qualidade e promover a sua venda, em que vai à frente a Comissão de Viticultura da Região, vem-me à mente uma Semana do Vinho Verde que decorreu há anos aqui em Lisboa. Foi

uma limpeza, das tabernas, que vendiam por vinho verde todos os restos de vinhos, azedados, que por lá tinham ou compravam por baixo preço.

É que a ideia de verde estava ligada à de não amadurecido, azêdo.

Realmente, mesmo na própria região de origem, o vinho é muitas vezes mau e desagradável... ainda que quando bom tenha grande saída.

Mas, acontece que, vinho pouco tra fungos, cheiros e gostos estralcoólico, tem pouca defesa con-nhos.

Ora, as vasilhas são tratadas de forma a conterem todos os inimigos do vinho verde: geralmente, vai a pipa para a taberna, mais ou menos distante, onde, uma vez aberta, lá se vai esvaziando aos copos e às canecas; e vazia a pipa, o pipo é, tal qual, acomodado num recinto coberto ou descoberto, lá ficando até que o Lavrador se lembre de o ir buscar. E depois repousará sem qualquer limpeza ou tratamento, de batoque aberto, até ao S. Miguel, quando se torna necessário para guardar a nova colheita, que receberá depois de sumária lavadela e simples escorrimento.

Porém, como é óbvio, para ter bom vinho, de quaisquer uvas, será preciso que estas sejam maduras e limpas, que os mostos fermentem «quantum satis» e que os pípos sejam sãos, limpos e bem cheirosos... o que poucas vezes é o caso na pequena lavoura.

Os pípos, eis a questão!
Setembro de 1974

Um pequeno lavrador da Moreira, que lê «O Cávado».

Carta de Moçambique

Finalmente, a Independência

Moçambique, a jovem nação de expressão lusitana, terá a sua independência total em 25 de Junho de 1975, conforme consta do acordo firmado em Lusaca (Zâmbia), entre os representantes do Governo Provisório de Portugal e a Frelimo.

O povo moçambicano, durante séculos subjugado à dominação portuguesa, vê agora chegar a hora da sua emancipação, como senhor dos seus destinos. Após uma guerra, que durante dez anos só causou desolação e morte, de ambos os lados; que tanta mocidade ceifou e estropiou, que tanto prejudicou a economia destes territórios, levando ainda Portugal à beira do caos, numa confusão

que a ninguém beneficia, — chegou, por fim a Paz, essa tão desejada Paz com que todos nós, brancos e negros sonhámos, e que se tornou realidade devido à acção das sacrificadas Forças Armadas que em 25 de Abril contra essa guerra se manifestaram.

De lamentar será, contudo, que o remédio viesse tão tarde, pois tantas vidas se teriam salvo e não haveria tanta desolação e dor nos lares portugueses e moçambicanos. A hora presente, porém, é de alegria e satisfação para todos nós, pois não haverá mais guerra, e os nossos filhos irão agora dedicar-se a uma nova batalha que é a reconstrução

(Continua na pág. 6)

Vida Política

Comunicado do Partido Popular Monárquico

Na eminência da publicação das leis reguladoras dos partidos e das eleições públicas, parece oportuno reafirmar algumas directrizes da acção política do Partido Popular Monárquico.

Neste plano, tem o Partido Popular Monárquico procurado: Contrariar o estabelecimento de um ambiente de guerra civil que possa levar a uma luta entre Portugueses.

Mantiver uma presença digna no quadro político do País, para continuar a tradição democrática e progressiva da Monarquia Portuguesa.

Fugir pela manutenção de condições que permitam a oportuna concretização de uma Comunidade das Nações e dos Povos de Expressão Portuguesa.

O Partido Monárquico pretende:

Proceder de maneira a impossibilitar a formação de «frentes» antagónicas, capazes de agravar o estado emocional da opinião pública, e de prejudicar o desejável pluralismo político.

Mantiver o apoio ao Governo

Provisório, sem por isso deixar de o criticar pelos erros que cometer, nem consentir na autopromoção de alguns partidos privilegiados à dignidade plena de coligação governamental.

Defender e valorizar, pela intervenção activa, a recentemente criada Comissão de Descolonização destinada a contribuir para o desenvolvimento da embrionária Comunidade das Nações e dos Povos de Expressão Portuguesa.

O Partido da Democracia Cristã

não tem qualquer ligação com ex-Partido Nacionalista Português

Em comunicado distribuído à imprensa, o Partido da Democracia Cristã diz não querer — nem precisar — de se agrupar em «frentes únicas»

Democracia e Comunismo

(Continuação da 1.ª página)

como arte do seu programa para construir uma sociedade sem classes».

Conf: «A Rússia de Staline e a Crise do Socialismo», 1940, pág. 82.

— O simpatizante russo W. H. Chamberlain que foi correspondente americano na Rússia durante doze anos escreveu:

«O Socialismo demonstrou ser certamente, pelo menos no seu princípio, o caminho *negativo* da liberdade, mas, antes da ditadura e das contra-ditaduras, da guerra civil da pior espécie. O Socialismo obtido e mantido por meios democráticos parece definitivamente pertencer ao mundo dos sonhos».

Conf: W. H. Chamberlain, «A falsa utopia», 1937, pág. 202-203.

MAIS 500 CONTOS

distribuídos anteontem aos balcões da

CASA DA SORTE

LOTARIA DO OUTONO

3.º prémio — 24000 — 500 contos

A tragédia dos refugiados em Chipre

A invasão de Chipre e a ocupação da parte Norte da ilha pelas tropas turcas teve como consequência a deslocação apressada e maciça da população cipriota grega, do sector ocupado rumo ao sul.

As cifras abaixo ilustram a amplitude do drama dos refugiados cipriotas.

Número de refugiados, 191.259; número de famílias, aproximadamente, 40.000; Proporção dos refugiados em relação com o conjunto da população grega de Chipre, 40%; número dos refugiados em cada um dos principais locais de acolhimento: Nicósia, 32.574; Lárnaca, 89.800; Límassol, 45.456; Pafos, 3.818; Região de Kakopetris — Pedoula, 21.606.

Cálculo aproximado das despesas necessárias para dar assistência aos refugiados:

Despesa alimentar diária, 80.000 libras cipriotas; despesa alimentar até fins de 1974, 12.000.000; Outras despesas necessárias para a manutenção dos refugiados até fins de 1974, (sem incluir as despesas de alojamento) 13.000.000; Despesa total até fins de 1974, 25.000.000; Despesa total aproximada para 1975, 75.000.000.

Necessidades urgentes em material:

30.000 tendas; 100 tendas grandes para uso comum; 630.000 cobertores; 150.000 camas de campanha; 320 cozinhas móveis; 33.000 aparelhos de aquecimento, etc., etc., etc.

Dever e glória

de um intelectual da esquerda

«O dever e a glória de um intelectual da esquerda no Ocidente é a cumplicidade vergonhosa com as práticas institucionalizadas nos países comunistas, ao passo que uma centésima ou milésima parte de tais crimes, quando cometidos em seu próprio país, deve despertar sua indignação e seus inflamados protestos».

«O Estado de S. Paulo»
de 4 de Setembro

Dr. Victor de Sá

Foi contratado para professor da Faculdade de Letras do Porto o sr. Dr. Victor de Sá, director do colega local «Correio do Minho».

O culto bracarense vai levar à faculdade o brilho da

sua inteligência já revelada em trabalhos do maior interesse.

As nossas felicitações, com votos das maiores prosperidades.

A Igreja de Braga em crise

5 comunicações boicotadas por «Cursistas»

15500 — A VENDA NAS LIVRARIAS

Desdobramento de aulas no Liceu D. Maria II

Em virtude de, neste ano lectivo, a população escolar ter um aumento substancial — actualmente 1 650 alunas e as instalações do Liceu serem insuficientes para o número actual de alunas, pois só recebem 800, apesar dos esforços para procurar instalações convenientes à colocação excedente, mas, sem resultado, terá de fazer Regime de Desdobramento, o que aliás vem sendo norma corrente na quase totalidade dos liceus do país. Assim, funcionarão no período de manhã os 1.º e 2.º anos do Curso Complementar (antigos 6.º e 7.º)

e o 2.º ano do Curso Geral (antigo 4.º) e no período da tarde os 1.º e 3.º anos do Curso Geral (antigos 3.º e 5.º).

As aulas não começarão no próximo dia 1 de Outubro, segundo informação superior.

Oportunamente será anunciado o dia de abertura das aulas.

Também em devido tempo serão convocados os Pais e Encarregados de Educação para, em reuniões próximas, serem tratados problemas de interesse para as suas educandas.

O Desforço

Passou mais um aniversário de «O Desforço», semanário republicano, que se publica na vila de Fafe.

Na pessoa da directora, Sr.ª D. Isaura Lusitana Pinto Bastos, desejamos a quantos nele trabalham as maiores prosperidades.

Jornal de Famalicão

Após ter interposto recurso in suspensivo no tribunal da comarca, reapareceu o nosso prezado colega «Jornal de Famalicão».

Foi autor do recurso o distinto advogado, sr. Dr. Gama Lobo Xavier, de Guimarães.

Alegrámo-nos com a solução provisória do caso — aguarda-se o respectivo julgamento —, que lhe permite ir-se publicando en-

quanto não se verifica a decisão do douto tribunal.

Habitados ao seu timbre original no combate das idelas, lemos sempre com agrado as suas páginas vivas e sugestivas.

Conselho de Redacção de «O Raio»

Comunicado n.º 1

1.º — Por telegrama ainda não confirmado, dirigido ao Director de «O RAIÃO», Vitor Ilharco, expedido às 21 horas e 31 minutos do dia 18 do corrente, emanado de «LISBOA P», fomos informados que a «Comissão «Ad Hoc» para

Imprensa, Rádio, Televisão, Cinema e Teatro» teria aplicado ao nosso semanário a multa de 5 000\$00 (cinco mil escudos) ao abrigo do art.º 3.º do decreto-Lei 281/74 por se considerar que a última página do n.º 11 de 6-9-74, «CONTRARIA O PROGRAMA DAS FORÇAS ARMADAS».

2.º — Reunido o Conselho de Redacção foi deliberado NAO interpor recurso da multa aplicada não porque com ela se concorde mas antes por que, desde logo, se considerou que a aplicação desta multa, no actual momento político se encontra ultrapassada.

3.º — No entanto reserva-se «O RAIÃO» à revisão desta sua posição em face de factos futuros que considera pouco prováveis.

4.º — Não pode, no entanto, o semanário «O RAIÃO» deixar de tecer algumas considerações sobre a orientação que tem presidido à sua redacção a qual é bem expressa em vários dos seus números.

Assim:

a) Apoiar, desde o primeiro número, o Programa do Movimento das Forças Armadas.

b) Alertar, em todos os números, para a necessidade de aceleração do processo de saneamento.

c) Constante denúncia de vários artigos da imprensa reaccionária na secção «LEAMOS!!!» e noutras.

d) Alertar a própria comissão «Ad Hoc» para agressões ideológicas, o que aconteceu no editorial do próprio número punido sobre o título «A Comissão «Ad Hoc» dorme profundamente».

O General Costa Gomes é o novo Presidente da República

(Continuação da pág. 1)

ficar que há muita coisa a corrigir.

Face a este intervalo na democratização do país, cabe-nos a responsabilidade de acolher com optimismo o ciclo ora iniciado.

Garante-se-nos — e está empenhada a palavra do Movimento das Forças Armadas: — que caberá a todos nós implantar a única democracia, que merece o nome — a pluralista do ocidente, e que os erros e desvios verificados serão corrigidos.

Pela nossa parte, diremos:

- Não à violência, que só cria ódio!
- Não às ditaduras — da direita ou da esquerda!
- Não a quaisquer desvios do programa do Movimento das Forças Armadas!

Que todos, a começar pelos responsáveis, sejamos fiéis — fidelidade omnimoda... — à letra e ao espírito do 25 de Abril.

O ter-se permitido desvios a esse ideário é que está na origem da grave crise, que ora atravessamos.

E fora com toda a violência histórica entre grupos. Mas, para isso, é indispensável que acabem os assaltos às pessoas na rua e às instituições, à administração e a todos os lugares-chave.

Vivamos intensamente a democracia. Mas a democracia é de todos, não de activistas que se julgam em terreno exclusivamente seu, como se isto já fora coutada sua!

Eis os discursos.

Discurso do General Spínola

A deteriorização do clima social, económico e político, ultimamente mais acentuada, tem constituído para mim motivo da mais funda preocupação. Sobre as origens da situação a que chegamos me tenho debruçado, num esforço de análise que sempre se orientou pela pureza dos princípios que informaram o espírito do 25 de Abril. Esforço de análise a que me abrigaram a minha consciência de português e a minha responsabilidade de pre-

sidente da República, pois assumi perante o País o compromisso de responder pela restauração das liberdades cívicas e pela construção de uma democracia institucional autêntica, e nessa tarefa me empenhei com sinceridade inequívoca e férrea determinação.

É dessa análise, e da posição que assumo com base nas conclusões alcançadas, que desejo informar o Conselho de Estado e o País, para que sobre elas se não tenham interpretações inexactas, nem se deturpe a honestidade das intenções que lhe presidiram.

Aderi desde sempre ao MFA

Começarei por afirmar que não é de hoje nem de ontem a minha adesão ao espírito do Movimento das Forças Armadas. Desde a minha nomeação para o cargo de governador da Guiné que sempre expus frontalmente, primeiro sem publicidade por dever de ética e depois publicamente, a total oposição ao ideário e aos métodos do velho regime. E isso sem rodeios nem eufemismos, antes falando a rude linguagem da verdade que, como soldado e como combatente, jamais deixei de utilizar. Estive com o Movimento desde a primeira hora, pelo que conheço perfeitamente o seu espírito e as suas intenções, a que aderi com uma sinceridade de que ninguém ousará duvidar. E são exactamente esse reconhecimento e essa identificação que me con-

ferem irrecusável autoridade moral para concluir que a origem da situação a que chegamos reside na desvirtuação do ideário do Movimento.

Encontro-me perante a evidência de o programa do Movimento das Forças Armadas estar a evoluir no quadro de uma acção política tendente, afinal, à sua própria neutralização, em verdadeiro clima de inversão de uma moral cívica à margem da qual se torna impossível a prática. Inversão em que, por fidelidade ao espírito do Movimento e pelo respeito aos compromissos que assumi ao aceitar este cargo não devo nem posso participar!

Dois ou três pontos bastarão para o justificar. Esteve no espírito do Movimento das Forças Armadas definir concreta e objectivamente uma política ultramarina que conduzisse à paz entre portugueses de todas as raças e credos, objectivo que o anterior regime se revelou totalmente incapaz de atingir. Essa política defini-mo-la nós ao estabelecer inequivocamente com geral aceitação os princípios programáticos do processo de descolonização que o mundo e os homens de sã consciência reconheceram válidos.

Deturpada a política e a descolonização

Toda essa política e o consequente processo de descolonização foram deturpadas numa inten-

ção deliberada de o substituir por medidas antidemocráticas e lesivas dos gerais interesses das populações africanas. Esteve igualmente nos ideais das Forças Armadas promover a harmonia entre todos os credos políticos. Mas essa harmonia jamais será possível quando, por um lado, os chefes declarados de alguns partidos políticos fazem apelo ao bom senso e, por outro lado, os respectivos grupos de acção enveredam pela via da coacção psicológica, através dos grandes meios de Informação e, até, da violência, em flagrante negação da liberdade e a pretexto da insinuação caluniosa logo lançada, sobre os seus oponentes.

Esteve no espírito do Movimento das Forças Armadas reservar à Nação, através das suas legítimas instituições democráticas, a definição do perfil da sociedade que os portugueses desejem construir. Mas esse espírito encontra-se claramente ameaçado, se não já de todo comprometido, pela sistemática cedência perante a realização larvar de reformas de fundo que dia-a-dia se vão operando face ao clima vigente da ausência da lei. Daí resulta que, no fim de longo período de anémia, a Nação portuguesa se encontrará perante situações irreversíveis, fortemente limitativas do estatuto constitucional que vier a ser escolhido em consenso popular. Tais situações estão deste modo retirando ao povo a sua real capacidade para o exercício da soberania.

O programa do Movimento previa também que a substituição

(Continua na pág. 6)

O Compromisso Temporal Liberta o Cristão

* * *

Negação do Evangelho ou Mensagem de Salvação, Dr. Carlos Nuno Salgado Vaz

* * *

O livro para a nossa época

O livro do Vaticano II e do 25 de Abril

* * *

Resposta às interrogações do homem-sobretudo do cristão de hoje

* * *

À venda nas livrarias: 100\$00

Incêndio no Palácio da Ajuda

Mandado construir por D. João VI para estar a salvo de novo terramoto de Lisboa, o Palácio da Ajuda guardava preciosas telas, o célebre Museu dos Coches e uma riquíssima biblioteca. Impiedoso incêndio ali deflagrou, ignorando-se se foi posto, se resultou de qualquer

curto-circuito. O certo é que os prejuízos são incalculáveis e as telas, tecidos e relicários semi-destruídos, foram transportados para o Instituto de José de Figueiredo, afim de receberem os primeiros tratamentos, ficando para mais tarde os necessários trabalhos de restauro.

Vieira do Minho Feira da Ladra

Nos dias 5, 6 e 7 de Outubro realiza-se a célebre Feira da Ladra. No dia 5 abertura da feira franca; no dia 6 grande feira de gado cavalari, mantas e tapetes regionais, com duas Bandas de Música das melhores do País; no dia 7, feira de gado bovino com concurso pecuário e corrida de cavalos e beghueiros.

Comunicado da Associação dos Padres de Braga sobre a jornada de Trabalho do próximo Domingo

Na Reunião Plenária da «Associação de Padres de Braga», de 30-9-74, entre outros assuntos, foi examinada a proposta do Primeiro Ministro, Brigadeiro Vasco Gonçalves, sobre a jornada voluntária de trabalho do próximo domingo. Os Padres reunidos consideraram seu dever apoiar a iniciativa e, neste sentido, trazem a público algumas reflexões.

Pelo Primeiro Ministro foi lançada a ideia de o próximo domingo ser uma «jornada de trabalho» em todo o país, nos diversos sectores de actividade. Tal convite despertou na consciência religiosa e cristã dos Padres da Associação algumas reflexões de fundo sobre o preceito eclesiástico do descanso dominical:

1.º a todos está presente que o preceito do descanso semanal representou, desde a origem até nós, um meio de libertação para o homem oprimido da sociedade rural;

2.º a divisão entre trabalho intelectual e o trabalho manual, ajudou a restringir a aplicação do preceito eclesiástico ao trabalho manual com a consequência de enraizar um conceito elitista e burguês do trabalho;

3.º efectivamente, durante a época medieval e moderna até às vésperas da Revolução Francesa, em largos sectores da sociedade se pensou que os trabalhos pesados (agricultura, indústria) e manuais não eram apropriados às pessoas das classes superiores (alta burguesia, clero, nobreza). Com a distinção entre trabalhos «servis» e «não servis», criou-se um perigo equívoco entre o trabalho que, em si, é a realização do homem e as condições em que é executado. Facilmente se aceitou que o trabalho intelectual, artístico, etc., era por natureza, dignificante enquanto que o trabalho manual era por natureza «baixo» e impróprio do homem «livre» (profissão liberal = homem livre). Deixou-se assim de analisar e criticar as condições-técnicas e político-sociais — em que era realizado tanto um como outro, as quais, essas sim, impedem ou permitem que o trabalho seja a expressão da liberdade de espírito como poder transformador da natureza e da história.

4.º sempre se manteve, porém, no curso da história uma corrente, embora minoritária, que no seio da Igreja procurou valorizar igualmente tanto uma como outra forma de trabalho. A Ordem de S. Bento, por exemplo, adoptou como lema «Ora et Labora» (reza e trabalha) e orientou na prática os seus monges para o desenvolvimento da agricultura, entendendo as áreas de cultivo bem como aperfeiçoando as técnicas de trabalho;

5.º a humanização do trabalho é um processo global, onde simultaneamente se cruzam a introdução das novas técnicas que aliviam o esforço humano e a organização participada do trabalho num quadro político de auto-gestão do poder e da cultura;

6.º a isto não é indiferente a escolha de um modelo radicalmente democrático, em que se integrem os frutos de experiência de democracia política liberal com os esforços sinceros de democracia económica e social;

7.º dentro destas perspectivas a jornada de trabalho no próximo

domingo 1) deve significar um protesto contra um sistema que degrada o trabalho em forma de opressão, contra as condições desumanas em que o trabalho se exerce e contra os interesses, ocultos ou manifestos, de quantos procuram perpetuá-lo na sociedade portuguesa;

2) corresponde à aceitação do trabalho não como imposição ditada pela necessidade de (sobre) viver mas como a expressão colectiva da liberdade criadora do homem;

3) corresponde ainda ao significado pascal (passagem da morte à vida) do «dia do Senhor» e ao significado libertador da Ressurreição de Cristo.

8.º finalmente, a jornada do próximo domingo só atingirá o seu pleno significado na condição de passar de um gesto simbólico para uma prática quotidiana de crítica e transformação do trabalho na sociedade portuguesa.

Braga, 1 de Outubro de 1974

Pela Associação

P.e Arminio José da Cunha Pereira

A colecção de arte do sr. Dr. José Maria da Costa Júnior foi doada à cidade

Em resposta à local aqui publicada acerca do destino a dar à colecção de arte do saudoso bracarense, sr. Dr. José Maria da Costa Júnior, quis o sr. Manuel Ribeiro Gomes enviar-nos a seguinte carta, que gostosamente publicamos.

É uma notícia que vai agradar a todos os bracarenses, desejosos de enriquecer o tesouro da cidade, valorizando-o com colecções originais e únicas, como a do falecido médico Dr. Costa Júnior.

Gratos ao querido amigo pelo esclarecimento, aqui lhe deixamos e à viúva do saudoso extinto, sua Exma. Irmã, o alto apreço da nossa maior estima e júbilo pela grata notícia que nos dão.

Eis a carta:

Exmo. Senhor
Director do Jornal «O Cávado»
Rua dos Chãos, 90-2.º
BRAGA.

Permita-me V. Ex.ª que, como representante de minha irmã,

viúva do meu saudoso cunhado, Dr. José Maria da Costa Júnior, venha solicitar um esclarecimento ao seu muito conceituado Jornal, a propósito de uma notícia nele publicada no dia 21 do corrente, sob o título «Dr. José Maria da Costa Júnior e a sua Colecção de Arte?»

Em primeiro lugar, eu quero expressar ao autor da notícia em referência, o nosso profundo reconhecimento pelas palavras carinhosas que à Memória do nosso querido extinto lhe são dedicadas, palavras que, muito nos melhoraram e sensibilizaram, por serem a expressão verdadeira do seu pensar, quanto ao amor e dedicação à sua querida Cidade de Braga, e, ao mesmo tempo, tranquilizar o autor da notícia e as pessoas que a tivessem lido, de que a sua «Colecção d'Arte», ou seja o recheio da sua casa, composto de todas as preciosidades artísticas que foram objecto do seu esforço, carinho e dedicação, desde há muito que era sua constante preocupação que tudo ficasse pertencendo ao património artístico da Cidade de Braga.

Havia pensado antes que tudo ficasse no local onde presentemente se encontram, para o que seria a sua casa transformada em Museu da cidade.

Porém, tal ideia foi posta de parte, por não ter encontrado, ainda em vida, ninguém que acarinhasse o seu pensamento e até, com isso, sofreu imensos desgostos por ter manifestado a alguém, responsável, o seu grande desejo, para Bem da Cidade. Mas ficou radiante, e só nós podemos avaliar, quando um Seu Grande Amigo e também Benemérito da Cidade e grande apreciador e investigador de Obras d'Arte, a quem a Cidade muito deve. lhe lembrou a transferência de todas

(Continua na página 6)

Saneamento e reclassificação de Funcionários e Agentes do Ministério da Economia

Tomou posse e está a funcionar a Comissão para o saneamento e a reclassificação de funcionários e agentes do Ministério da Economia e dos organismos dele dependentes.

São considerados saneáveis, entre outros, os procedimentos a seguir indicados:

- comportamento anti-democrático;
- utilização abusiva de fundos ou bens públicos;
- aquisição de bens de valor mediante o exercício de funções públicas;
- prepotência;
- falta de urbanidade nas relações com o público;
- insuficiência ou inadequação de conhecimentos referentes às funções exercidas.

As pessoas que conheçam factos que configurem um comportamento saneável de funcionários ou agentes do Ministério da Economia ou dos organismos dele dependentes deverão apresentar queixas, reclamações ou participações desses factos até o trigésimo dia seguinte ao da difusão pública deste comunicado, de harmonia com os seguintes requisitos:

Indicarem com precisão os factos e outros comportamentos dos funcionários ou agentes de que possa resultar o saneamento destes;

Basearem-se em provas ou, pelo menos, em indícios sérios, cuja indicação deverá acompanhar a menção dos factos e/ou comportamentos denunciados;

Serem reduzidas a escrito, em papel comum;

Serem assinadas pelos participantes e comportarem a indicação do nome e da morada do signatário ou signatários;

Serem encerradas em subscrito fechado, com a nota de «confidencial»;

Serem dirigidas ao presidente da Comissão e enviadas à sede desta, na Pr. Duque da Terceira, 24-4.º Esq., em Lisboa.

A Comissão conta sobretudo, com a colaboração das Comissões de Trabalhadores deste Ministério já constituídas ou a constituir, tendo como idêntico objectivo o saneamento.

A Comissão Ministerial considera desejável o seguinte no que respeita à criação de comissões locais de trabalhadores:

Que elas tomem como base a Direcção Geral (nos serviços centrais) ou o distrito (nos serviços periféricos);

Que elas sejam constituídas por eleição em assembleias convocadas para esse efeito, tomando-se nota, em acta, do número

de Trabalhadores presentes e do número de votos obtidos pelos membros da Comissão.

As Comissões locais de Trabalhadores da Função Pública, deverão evitar que desapareçam dos arquivos documentos importantes para a prova dos factos comunicados ou a comunicar à Comissão Ministerial e bem assim fazer imediatamente conhecer a esta todas as dificuldades que eventualmente lhes sejam criadas para o seu próprio acesso a esses arquivos.

PPD - em Braga

Estão em caminho de maior actividade personalidades que constituem aderentes e simpatizantes deste partido político.

Tanto quanto sabemos, foi eleito no passado dia 22 o Plenário distrital do partido presidido pelo Dr. António de Oliveira Braga, destacado democrata do nosso distrito e que tanto se distinguiu

nas lutas contra o antigo regime.

Foi também eleita a Comissão Coordenadora Distrital, na qual se encontram representados cinco comissões concelhias.

Oportunamente daremos a composição dos membros das Comissões concelhias e dos quadros que constituem a organização do PPD no distrito de Braga.

SANEAMENTO DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

A Comissão Coordenadora Pró-Sindicato dos Trabalhadores da Direcção Geral das Contribuições e Impostos do Distrito de Braga, dando satisfação ao solicitado pela Comissão de Saneamento e Reclassificação do Ministério das Finanças, com vista ao saneamento no referido Ministério, leva ao conhecimento público que o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de quaisquer queixas ou denúncias termina no dia 14 (catorze) do mês de Outubro.

As queixas ou denúncias a fazer, são rigorosamente confidenciais; para tanto, os sobrescritos que as contiverem deverão ter aposta, em lugar bem visível, a palavra «CONFIDENCIAL» e poderão ser remetidas directamente à Comissão de Saneamento e Reclassificação do Ministério das Finanças para a Avenida D. Carlos I, n.º 126-3.º em Lisboa ou por intermédio desta Comissão Pró-Sindical, com sede provisória na Repartição de Finanças do concelho de Braga.



A colecção de arte

(Continuação da 5.ª pág.)

as suas preciosidades para o Palácio dos Biscaínhos, futuro Museu da Cidade de Braga, e actualmente, propriedade da Junta Geral do Distrito.

Imediatamente contactou com os Dgmos. Membros da Direcção daquela Entidade e logo ficou assente que tudo seria colocado num dos salões daquele edifício, quando as obras de restauro estiverem concluídas.

Assim, foram doadas à Junta Geral do Distrito, todas as colecções de Arte existentes na sua casa e que oportunamente serão instaladas naquele referido Palácio-Museu, para ficarem expos-

tas a quem tiver interesse em visitar e apreciar essas preciosidades e outras que, certamente, ali serão colocadas, depois das obras concluídas.

Pedindo encarecidamente desculpa a V. Ex.ª pelo precioso tempo que lhe tomei, desde já muito lhe agradecemos se tiver a bondade de, sobre o assunto, dar um esclarecimento aos leitores do Jornal «O Cávado».

Com os protestos da nossa maior consideração,

De V. Ex.ª

Mt.º Atenciosamente

Manuel Ribeiro Gomes

CARTA DE MOÇAMBIQUE

(Continuação da 3.ª página)

deste grande Moçambique que é de todos nós.

Que Deus te ajude, Moçambique! Que Deus te ajude, velho Portugal, a alcançar também a Paz de que tanto necessitas para caminhar em frente, no prosseguimento da campanha de reconstrução nacional, a bem do teu Povo. Moçambique e Portugal caminharão lado a lado como irmãos que são pela língua de Camões, pela cultura e pelos costumes contrai- dos ao longo dos séculos. Vamos esquecer o passado e vamos dar-nos as mãos, prosseguindo na nossa missão histórica através dos tempos vindouros, que serão

séculos de verdadeira convivência na lusatinidade!

— Acabou a guerra. Veio a Paz. Para quê ódios e rancores entre os próprios brancos? Não será este o exemplo que de nós esperam os irmãos negros que de futuro terão de caminhar de mãos dadas connosco nesta nova sociedade multirracal, agora criada, e que só a boa harmonia pode cimentar?

— Amigos: «Os tubarões» e os «ratos» fogem espavoridos, aterrorizados, ao ouvirem os clarins que anunciam a hora da verdade. E que esta terra, deixou de ser coutada de meia dúzia de «senhores», para ser de todos nós, mo-

gambicanos de todas as cores e raças. Muita gente, não comprometida, foge também. Porquê? Receio... falta de confiança. Nós, ficamos, porque «quem não deve não teme». Desta fizemos a nossa terra, e nela queremos viver e morrer. Aqui passamos os verdes anos da nossa mocidade, aqui nasceram os nossos filhos, aqui ficamos com mil dificuldades e conhecemos o sabor amargo do pão amassado em suor e lágrimas. Fomos explorados por aqueles que hoje fogem chorando lágrimas de fel e desespero. Mas ficamos. Suportamos toda a adversidade, confiantes sempre na hora da verdade que agora chegou. Muitos dos que se foram (de vez), já regressaram. Muitos outros não-de voltar e é com os braços abertos que todos (os não comprometidos) serão de novo recebidos nesta casa moçambicana. Os outros, os exploradores, os opressores dos humildes, não venham. Não os queremos ver jamais! Vão gozando por essas belas terras as delícias e os prazeres que vos permite o dinheiro arrecadado à custa do suor alheio. Mas, cuidado não tenteis continuar aí a vossa exploração, porque o povo dessas terras já vos conhece e não sereis bem sucedidos. Para aqueles que o ganharam pelo trabalho honesto, vai o nosso abraço de amizade fraternal, votos de longa vida e... até sempre, amigos.

Beira, Setembro de 1974

C. F.

O General Costa Gomes é o novo Presidente da República

(Continuação da 4.ª página)

do regime deposto teria de processar-se sem convulsões internas que afectassem a paz, o progresso e o bem estar do povo português. A situação é infelizmente bem diferente! Forjam-se reivindicações, postas nas mãos dos trabalhadores por burgueses e frustrados do velho regime subitamente titulados também de trabalhadores. A paz, o progresso e o bem estar da Nação são comprometidos pela crise económica para que caminhamos aceleradamente pelo desemprego, pela inflação incontrollada, pela quebra no comércio, pela retração dos investimentos e pela ineficácia do poder central. Isto porque quanto se vem fazendo à sombra do programa do Movimento das Forças Armadas pouco menos é do que o assalto aos meios de produção. E a reivindicação com base em decisões tomadas em níveis sem competência, nem legitimidade para o fazer. Enfim: é a inversão das estruturas à margem da sanção democrática do povo. Anulam-se as leis do velho regime antes que novas leis regulem a vida política, social e económica do país. E mesmo algumas das leis já publicadas são impunemente escarnecidas.

Neste clima generalizado de anarquia, em que cada um dita a sua própria lei, a crise e o caos são inevitáveis, em flagrante contradição com os propósitos do Movimento.

Por várias vezes chamei a atenção do País

Por várias vezes chamei a atenção do País para as consequências a que tal estado de coisas acabaria por conduzir. E após profunda e democrática reflexão, tomei a nítida consciência de não estarmos a caminhar para o país novo que os portugueses desejam construir.

Conclui, assim, ser inviável a construção da Democracia sobre este assalto sistemático aos alicerces das estruturas e instituições por grupos políticos cuja essência ideológica ofende o mais elementar conceito de Liberdade em flagrante desvirtuação do espírito do 25 de Abril.

Encontro-me, portanto, perante a impossibilidade de execução fiel

do programa do Movimento das Forças Armadas. O meu sentido de lealdade inibe-me de traír o povo a que pertence e para o qual, sob a bandeira de uma falsa liberdade, estão preparando novas formas de escravidão.

Tenho dedicado toda a minha vida ao serviço da Pátria e não desejo que fique a pesar-me na consciência haver alguma vez traído os meus concidadãos. Nestas condições, e perante a total impossibilidade de, no actual clima, se construir uma Democracia autêntica ao serviço da paz e do progresso do País, renuncio ao cargo de Presidente da República!

Ao dirigir ao Conselho de Estado e ao Povo Português esta mensagem de renúncia, desejo reafirmar a minha indestrutível vinculação aos ideais da Liberdade e da Democracia e a minha inabalável obediência a princípios básicos da ética militar, que me inibe de participar em projectadas estruturas revolucionárias. E no momento em que, uma vez mais, o País está na iminência de ver esses ideais comprometidos, lanço o meu último apelo para que cada português conserve a necessária serenidade de espírito, se mantenha em paz, confie na força do voto secreto, a grande arma democrática dos homens ordeiros e livres e jamais consinta que a sua consciência seja violada.

Termino, formulando os mais ardentes votos para que a causa da Liberdade e da Democracia triunfe de facto sobre quantos dela se vêm apenas servindo. E levo comigo o conforto da certeza de tudo haver feito para manter intacto o espírito do 25 de Abril, de que me constitui um intransigente defensor e garante.

Fala o novo Presidente da República

Ao assumir as funções de presidente da República, o general Costa Gomes dirigiu as seguintes palavras à Nação:

«Portugueses:

«Ao aceitar o cargo de presidente da República fi-lo pela convicção de que nenhum português tem o direito de se negar às responsabilidades que lhe sejam exigidas no período difícil que todos fraternalmente teremos que ultrapassar.

«Quis o destino que eu suceda

no cargo a um grande homem, verdadeiro soldado, ao qual me une meio século da mais fecunda amizade. Muitos momentos comuns, muitas horas de amargura, muitas noites de vigia, cimentaram entre nós sentimentos fraternos tão vinculados que sempre ultrapassaram e ultrapassarão naturais diferenças de opiniões e conceitos.

«Ninguém pode negar que a sua última obra, «Portugal e o Futuro», foi uma pedra angular no despertar da consciência colectiva de uma nação desviada dos seus verdadeiros destinos.

«Homem do Movimento das Forças Armadas, nunca se desvinculou dessa qualidade, e todos contamos com a sua dedicação à causa do Movimento a cujas fileiras continua a pertencer desde as primeiras horas de incerteza.

«Profundamente idealista e exigente consigo próprio, o sr. general António de Spínola comunicou ao país a sua decisão de rescindir ao cargo de presidente da República baseado na sua análise pessoal e subjectiva da situação nacional.

«Perante o Conselho de Estado, cujos membros bem conhecem os meus esforços continuados para evitar este acto de resignação, fiz a devida justiça às qualidades de grande amigo e companheiro de armas e o meu desgosto perante a sua decisão.

«Ainda perante o Conselho de Estado signifiquei as extensas divergências entre as afirmações de S. Ex.ª e a forma como o problema nacional pode ser apreciado.

O processo de descolonização

«Não seria cómodo para quem me escuta uma exposição extensa, mas não posso eximir-me a focar alguns pontos. Na descolonização, não houve qualquer desvio ao Programa do Movimento das Forças Armadas. Visto que em todos os actos políticos não haveremos de sujeitar-nos a esquemas rígidos preconcebidos, teremos sim de, em respeito pelos grandes princípios, orientar a evolução dos acontecimentos face à constante mutação da conjuntura política enquadrente.

«Entendo dever referir que os responsáveis do Governo portu-

guês e todos os que têm colaborado no processo de descolonização em curso têm demonstrado inteligência, dedicação e talento. Creio que os resultados obtidos e a obter serão referidos como os melhores que, no momento histórico, seriam possíveis à luz dos interesses dos povos intervenientes.

«Quanto ao curso da democratização do país, se nem sempre tem sido possível evitar desvios a quem aprende o caminho da liberdade autêntica, creio que poderemos continuar a perguntar-nos se outra revolução no Mundo soube ser simultaneamente tão profunda e tão pouco marcada por sangue, por dores ou por atentados graves ao civismo.

«Há muito a melhorar e a corrigir. Pois todos unidos nós o faremos.

Todos unidos para trabalhar e progredir

«Nenhum português que ama o povo a que pertence ignora hoje que o trabalho, a ordem e a unidade são os marcos essenciais que garantem as liberdades democráticas e o respeito pelos direitos fundamentais do homem.

«Em política, como em tudo na vida, quem planeia a longo prazo tem menos que se preocupar com o patamar em que se apoia do que com a tendência ascendente a imprimir ao fenómeno. Estaremos todos unidos para trabalhar e progredir, sempre melhores, sempre mais disciplinados e conscientes do que no dia anterior.

(Continua na pág. 7)

Autorizado o Ministro de Assuntos Sociais

a sancar as Casas do Povo

Destinadas a rurais, as direcções das Casas do Povo não eram dirigidas por elementos saídos das camadas, a quem se destinavam.

Impondo-se o saneamento imediato, o Ministro de Assuntos Sociais, foi autorizado a alterar as normas que regulam a composição e a eleição dos corpos gerentes.

De futuro, a escolha de tais direcções far-se-á por eleição, nela intervindo as populações rurais e sobretudo os trabalhadores, a quem se destinam.

Entretanto e nos casos urgentes, o respectivo ministro pode substituir as actuais direcções por comissões administrativas por ele nomeadas.

Época escolar

Faça as suas compras na

Livraria Victor

2 ESTABELECIMENTOS AO SEU DISPOR:

Rua dos Capelistas, 2
Rua 25 de Abril, 435

Telefones P. B. X. 22639 e 26515
Apartado 40 — B R A G A

Amanhã, dia de trabalho nacional

Nenhum problema de consciência para os crentes

O Primeiro Ministro propôs que o próximo domingo fosse dia de trabalho nacional.

A simpática ideia foi acolhida com entusiasmo, mas levanta-se o óbice de consciência para os católicos, por ser domingo.

O episcopado esclareceu o assunto com a seguinte nota:

«Relativamente à proposta de uma jornada de trabalho no próximo domingo, perguntam os católicos se a adesão a ela implica um conflito de consciência com a prática cristã de celebrar o «Dia do Senhor» pelo descanso festivo e reunião eucarística. O Secretariado-Geral do Episcopado está autorizado a declarar que, dado o carácter esporádico da iniciativa, podem considerar-se dispensados do

preceito do descanso dominical os que a ela aderirem. Devem, no entanto, fazer o possível por participar na eucaristia».

Política Nacional

(Continuação da 1.ª página)

transferência de poderes para as populações dos territórios ultramarinos reconhecidamente aptas para o efeito, nomeadamente a Guiné, Angola e Moçambique.»

O mundo receberá três novas nações que lhe oferece Portugal, depois de civilizadas e missionadas durante cerca de meio milénio. Entregamo-las coesas, unificadas pela acção heroica, umas vezes, outras pelo génio da Raça, habituada a desbravar os homens e a Natureza, a tudo dando alma nova pela transmissão de uma

(Continuação da pág. 6)

«Resta-nos agora, perante a Nação, definir linhas-mestras do meu pensamento quanto ao nosso futuro imediato. No plano geral saberemos interpretar as leis constitucionais em vigor, onde são essenciais os pontos do Programa do Movimento das Forças Armadas.

cultura «sui generis» a que se pode chamar lusitanidade.

Mais do que significa a expressão camoneana «dar novos mundos ao mundo», ao referir-se à descoberta de novas terras, Portugal, neste momento, excede-se em total doação, entregando nações descolonizadas, já preparadas para governar-se por si próprias.

A custa de grandíssimos sacrifícios, procurou fazer-se no Ultramar como na Metrópole até onde os recursos chegaram, criando cidades cosmopolitas e riquezas que entregamos intactas, assim como intactas se podem considerar as grandes reservas naturais. Há que reconhecer que os portugueses foram pródigos para com o Ultramar. Até a guerra que se travou nos últimos 13 anos, se por um lado foi indesejável, por outro, concorreu muito para o desenvolvimento dos vários territórios, dando-lhes estruturas económicas e vias de comunicação e um exército que pode desempenhar tarefas de paz de grande apreço.

Constata-se por toda a parte uma onda de progresso que oxalá possa continuar a evoluir com mais rasgados sucessos ainda, de colaboração com toda a comunidade Lusitana que, no Brasil, tem o melhor expoente, já com investigação avançada, mesmo no campo nuclear.

Veremos, portanto, através do processo de descolonização a que estão a ser submetidos os territórios de que vamos largar mão, qual o valor da influência portuguesa em África. Influência que pode medir-se pela compreensão e respeito por tudo quanto fizemos na elaboração das pátrias que agora ofertamos, plenas de condições materiais e ricas do substrato humano de nós próprios, que fez deste Pequeno Povo, debruçado sobre a sua Varanda Atlântica, o maior Povo da era de 500.

Não seria certamente em vão que permanecemos em África cerca de cinco séculos, para que nesta altura, às solenidades da independência sucedam épocas de paz e de progresso. Recusamo-nos a crer, que tudo degenera em banhos de sangue fratricida, em renhidas lutas raciais e tribais que só denotariam imaturidade política, que tão abertamente se pretende demonstrar que não existe.

Creemos que val evitar-se a «congolização» das novas pátrias lusas, numa esclarecida demonstração de capacidade civilizadora dos portugueses. Mas não tenhamos dúvidas que o treino da descolonização será decisivo e deve ser feito com toda a calma e muita consciencialização, pois é um treino de governação neces-

Que o povo escolha as suas instituições políticas

«Sabemos todos criar as condições sociais que permitam ao povo escolher as suas instituições políticas dentro do conceito basililar de democracia pluralista, único que garante espaço para projec-

sário ao jogo político que as novas nações vão iniciar. Se a política é a arte de governação dos povos, torna-se evidente a utilidade da nossa experiência centenária em muitos campos.

Repare-se, por exemplo, no Brasil. A que se deveria o sucesso de Independência Brasileira? Certamente ao facto de se ter instalado o Governo Central no Rio de Janeiro, a quando da fuga da Córte por motivo das Invasões Napoleónicas. A máquina governativa funcionou perfeitamente, logo após a Independência, sob a chefia de D. Pedro I. E a Nação Brasileira, plena de juventude arrancou com rumo certo e projecta-se hoje no futuro com invejada grandeza.

Sigam as Novas Nações Africanas o exemplo desta Irmã Mais Velha, que dá lições de fraternidade racial.

O histórico comunicado do Senhor Presidente da República, concluiu com votos de confiança: «Termino, formulando a todos os povos de expressão portuguesa os votos fraternos de um rápido e harmonioso desenvolvimento na paz. Que a língua comum que falamos, e quanto de bom houve em cinco séculos de convivência, sejam a garantia de que se manterão, ao longo do tempo, os laços de amizade que lhes não negamos. E que cultivem, sem prejuízo de individualidade própria, os traços tão profundamente humanos dessa maneira lusitana de estar no Mundo, que constitui a verdadeira essência do povo que nos orgulhamos de ser. Finalmente, que nesta hora grande da história da Pátria, as nossas comuns esperanças de paz, de justiça social e de progresso continuem a ser o firme sustentáculo da nossa luta e da nossa fé num mundo melhor. Viva Portugal».

Assim terminou a sóbria e pertinente comunicação, que é autêntico certificado de emancipação dos três novos países, saídos da ubérrima Mãe-Pátria de todos os portugueses espalhados pelo Mundo, em perene expressão de lusitanidade.

JAIME MACEDO

Sporting Club de Braga

Da Comissão Administrativa desta prestimosa agremiação desportiva recebemos um cartão de livre trânsito.

Ao agradecermos a amabilidade havida para com o nosso jornal, queremos manifestar a toda a equipa do club (jogadores e dirigentes) a nossa maior simp-

ção da verdadeira dimensão da dignidade humana.

«No processo de descolonização tudo faremos para respeitar os legítimos interesses das populações locais procurando o justo equilíbrio na criação das condições de fraternidade, de respeito mútuo e de amizade que substituirão laços anteriores historicamente ultrapassados. Timor, S. Tomé e Cabo Verde serão problemas diferenciados cuja única constante é a garantia de que a consulta das populações livremente expressa terá papel decisivo no curso do processo.

«Quanto a Moçambique iremos respeitar com meridiano rigor os compromissos assumidos nos acordos de Lusaca.

«Angola tem as coordenadas fundamentais desta fase do processo já definidas pela Junta de Salvação Nacional a que pertengo e com as quais me identifico plenamente.

«Conforme já foi aceite nas Nações Unidas, Macau tem um estatuto especial.

«Ao entrar agora nos aspectos da política externa, desejo fazer uma referência a novo país da comunidade internacional, à Guiné-Bissau. Procuraremos desenvolver em termos de respeito e interesses mútuos todos os laços políticos, económicos e culturais, que os dois povos entendam por bem.

«Em relação à sociedade internacional, continuaremos a garantir o respeito pelos princípios da independência e da igualdade entre os estados, sem interferências nos assuntos internos de outros países.

«Respeitaremos os tratados Internacionais em vigor, nomeadamente o da O. T. A. N., bem como os compromissos comerciais ou financeiros a que nos vinculámos.

«O espírito da nova Constituição permitir-nos-á reforçar laços com países amigos e negociar o estabelecimento de relações diplomáticas e comerciais com todos os países do Mundo.

«Os laços históricos facilitar-nos-ão reforçar a comunidade luso-brasileira, renovar as relações com os países do Terceiro Mundo, com os países árabes e outros de que nos encontramos afastados.

Desejaria terminar com uma palavra de tranquilidade. Deixo-vos a certeza de que as Forças Armadas, militares e militarizadas, se estão integrando rapidamente no espírito novo e vão-se tornando aptas a garantir ao Governo Provisório e ao povo o clima de ordem e liberdade por que ansiamos para nos dedicarmos ao trabalho com a certeza de que vamos construir um futuro melhor, mais justo, mais democrático».

Três palavras

(Continuação da 1.ª página)

nhos do futuro que são os caminhos da garantia das liberdades cívicas, do progresso social e económico (...)

Daqui se conclui que havia crise latente no seio das instituições constitucionais. E havia. A prova está na resignação do Chefe do Estado, na demissão de três membros da J. S. N. e na prevista substituição de dois membros do Governo.

A crise foi, aliás, denunciada pela comunicação do General Spínola ao País no seu acto de renúncia. As denúncias feitas pelo General no seu político discurso, que reproduzimos nas nossas colunas, são suficientemente esclarecedoras sobre o modo como interpreta a actual situação política nacional e o modo como se está a processar a governação do país.

Não queremos deixar de sublinhar a passagem que constitui o seu aviso denunciador: «E no momento em que, uma vez mais, o País está na eminência de ver esses ideais comprometidos (os ideais da Liberdade e da Democracia), lanço o meu último apelo para que cada português conserve a necessária serenidade de espírito, se mantenha em paz, confie na força do voto secreto, a grande arma democrática dos homens ordeiros e livres e jamais consinta que a sua consciência seja violada».

As palavras do General Spínola respondeu o novo Presidente General Costa Gomes, sobriamente definindo a posição do nosso governo perante os tratados internacionais — onde, naturalmente por lapsos, não faz referência ao Pacto Peninsular — e defendendo o ponto de vista de que a descolonização se tem processado de acordo com o programa do M. F. A. No que diz respeito ao problema da democratização do país declarou que «nem sempre tem sido possível evitar desvios; e, logo adiante: «Há muito a melhorar e a corrigir. Pois todos unidos, nós o faremos».

O Chefe do Governo, interpretando o programa do M. F. A., declarou entender que ele nunca foi atraído. Nós só o conhecemos pela frieza das suas palavras e, porque não estamos senhores do espírito que informou o seu articulado, não confrontaremos as declarações do Brigadeiro Vasco Gonçalves com as do General Spínola. Queremos só arquivar a terceira palavra que julgamos da maior importância: «A gente fez o 25 de Abril para que os partidos pudessem viver em liberdade em Portugal».

Das três transcrições feitas concluímos, logicamente, que a crise existente foi ultrapassada; que é necessário que os Portugueses estejam atentos ao acto eleitoral; que façam a sua opção conscientemente; que algo há a corrigir nos métodos usados para a instituição da democracia; que os partidos políticos poderão livremente viver em Portugal, ou seja, poderão fazer livremente a sua propaganda eleitoral.

Isto nos consola e nos basta.

A. C.

Nada de confusões

O Partido nunca deixou de dar especial importância à educação ateísta das massas

(Pravda, 12-1-67)

Expulsus, revista alemã, segundo semestre de 1967, oferece copiosa documentação acerca dos princípios de acção do comunismo russo no capítulo Religião e massas.

Tal princípio de acção pode resumir-se nesta frase: É necessário combater a religião.

Um certo número de discursos dos chefes comunistas dava a impressão de terem mudado de tática, quer tendo a intenção de pôr fim à guerra contra a religião, quer aliviando-a de algum modo, no futuro.

Tal não se verifica. É puro engano supor isso.

Uma declaração oficial publicada em Pravda, 12-1-1967, assinada por Morosow, director da secção de propaganda e por E. Lissawzew, instrutor-chefe adentro da mesma secção, tiram-nos quaisquer dúvidas a tal respeito.

Ora vejam estas linhas: «Fiel às tradições de Lenine, o nosso partido nunca deixou de ligar especial importância à educação ateísta das massas».

E est'outros: «A educação do ateísmo não é trabalho exclusivo único de especialistas, dos que fazem parte da propaganda ateísta, é-o de todo o partido na sua totalidade, nos seus quadros, e de todo o povo».

O partido, continuam, deve ter sempre diante dos olhos que tem de exercer um ateísmo activo, efectivo e sempre na ofensiva...

Uma só cautela deve prevenir-lo: evitar tudo o que possa ofender a sensibilidade dos fiéis.

Escolas — em todos os escalões — e as organizações de juventude — devem ser os centros dessa actividade ateísta.

E dão-se normas de acção: é preciso obrigar os crentes ao processo dum vida de trabalho; criar uma opinião pública de ideologia ateia; trazer ao de cima a função educadora da colectividade; contactar mais directamente com os que sofrem ou se encontram numa situação penosa; vigiar a influência da família; escola, filmes, rádio, TV, literatura, tudo deve ser posto ao serviço do ateísmo.

No entanto, mais que tudo importa formar cada vez maior número de especialistas de ateísmo. Cabe essa especial tarefa à Academia de Ciências: formar quadros científicos especializados em ateísmo, assim como ao ministério encarregado de formar professores ateus para trabalhadores, estudantes, etc.

Depois de lembrar que é necessário activar a propaganda ateísta nos meios rurais e nas universidades nocturnas, Pravda conclui: «Os sábios soviéticos têm o dever de estudar mais intimamente os problemas actuais da teoria, da prática e da história do ateísmo. É seu dever também coordenar melhor o fruto das suas pesquisas para os fornecer aos propagandistas do ateísmo e aos sem-deus, mimoseando-os com um melhor instrumento de trabalho, baseado nas últimas conquistas da ciência».

Aqui está a linha de rumo soviética.

A esta luz devemos apreciar o que nos disserem por cá os comunistas responsáveis, os quais quase sempre julgam estar a falar para ignorantes, que desconhecem o que se passa nos países socialistas.

Vejam só!

Se for aceite o projecto de Lei Eleitoral, prevê-se, que não poderão participar nas eleições — como eleitores ou elegíveis — as seguintes individualidades:

Dr. Pereira de Moura (ex-Procurador à Câmara Corporativa), Dr. Magalhães Mota (ex-Deputado e ex-U.N.), Eng.º D. Maria de Lourdes Pintassilgo (ex-Procuradora à Câmara Corporativa), Dr. Valentim Xavier Pintado e Eng.º Rogério Martins (ex-Secretários de Estado do Comércio e Indústria), General Costa Gomes (ex-Subsecretário de Estado do Exército), Dr. Mário Murteira (do ex-Gabinete de Estudos Corporativos da Mocidade Portuguesa), Prof. Jacinto Nunes (ex-Subsecretário de Estado das Finanças), Dr. Francisco Balsemão e Prof. Miller Guerra (ex-Deputados), Prof. Diogo Freitas do Amaral, Prof. Adelino Palma Carlos, Dr. Almeida Ribeiro (ex-Procuradores à Câmara Corporativa), Dr. Tomás Oliveira Dias (ex-Deputado e ex-U. N. e A. N. P.), Dr. Fran-

cisco Sá Carneiro, Dr. João Bosco Amaral e Prof. Gonçalves Ferreira (ex-Deputados), Prof. Veiga Simão (ex-Ministro da Educação Nacional), Dr. João Salgueiro (ex-Subsecretário de Estado do Planeamento), Dr. Carlos Lima (ex-Deputado) e, se vivo fosse, o General Humberto Delgado (ex-Comandante Geral da Legião Portuguesa).

Ao fechar da página

Eleições na Inglaterra no dia 10

É a Grã-Bretanha um país essencialmente democrático, onde, desde o século XIII, se procurou evitar o despotismo da autoridade, sobretudo no que diz respeito ao lançamento de impostos.

A boa democracia inglesa funciona com três elementos: o Parlamento, a Câmara dos Lordes, e a Coroa.

Até ao século XVIII a Grã-Bretanha era um dos países mais pobres do continente europeu.

Neste século e, sobretudo, no século XIX com a industrialização, a Grã-Bretanha tornou-se um império político, militar e económico.

As duas guerras mundiais, a de 1914 a 1918 e a de 1939 a 1945 foram machadadas fundas no poderio inglês, que foi cedendo a favor dos Estados Unidos.

Entre as duas guerras, porém, ainda se pode aguentar, visto que dispunha de um grande império.

Mas a descolonização que acompanhou a política da última guerra mundial deu um golpe mortal no império britânico, visto que desapareceu.

Resto simbólico desse império é a instituição jurídica denominada a «Comunidade Britânica».

A riqueza do Império e este como colocação dos ingleses fizeram muita falta a Londres.

A Grã-Bretanha fez sempre uma política muito independente do Velho Continente Europeu, porque vivia nas ilhas, isolada da Europa, tinha uma grande esquadra, e dispunha de extraordinária riqueza.

Com a segunda guerra mundial as coisas modificaram-se. Mas há uma que os ingleses ainda não aceitaram que se modificasse: o seu alto nível económico.

Esta afirmação documenta-a com uns períodos não muito distantes, em dias, o «Times», de Londres, onde se pergunta: «O que é, afinal a inflação? É uma palavra usada pelos economistas para designar o excesso de consumo, o facto de alguém viver num padrão de vida superior às suas posses, ou, ainda, o facto de alguém ter, com o jogo de baralho, uma despesa superior ao valor do baralho... O facto é que todos nós... passamos a ter como certa uma noção fantasiosa e irreal sobre o padrão de vida a que, como que por direito divino, fazemos jus...».

O excesso de consumo a que não corresponde o aumento de produção pro-

voca o aumento de salários. E anda-se num círculo vicioso de inflação.

Ora isto levou à greve de mineiros e maquinistas, há meses, que num total de 290.000 operários conseguiram que paralisasse a produção num país de 50 milhões de habitantes, os quais durante o inverno ficaram sem aquecimento e sem transporte, além de haverem reduzido a semana de trabalho para três dias.

A inflação que nessa altura era de 15 por cento, hoje é de 20 por cento.

Tal problema pôs em causa as comodidades do inglês.

O Governo Conservador não cedeu e promoveu eleições gerais antecipando-as.

Perguntava, a propósito, o chefe do partido Conservador: Quem manda na Inglaterra? São os sindicatos ou é o Parlamento?

Os Trabalhistas ganharam as eleições, mas, como a vitória foi por uma minoria muito reduzida e como na Inglaterra não há a obrigação de votar pelo partido, o Governo Trabalhista não pode enfrentar devidamente o problema da inflação, pelo que a crise económica se tem agravado cada vez mais.

Tal como fizera o Partido Conservador, em virtude do impasse em que se encontra o Partido Trabalhista, este decidiu promover eleições gerais.

Nestas eleições já há quem altere a pergunta do Secretário do Partido Conservador, a que acima nos referimos, e formule estoutra: «Quem governa a Grã-Bretanha: as minorias organizadas, que representam interesses sectoriais, muito espúrios e estranhos (tanto à democracia como à Inglaterra) e que dominam os sindicatos, ou as maiorias que atestam a sua existência, não pela combatividade social, mas tão só depositando o seu voto nas urnas?».

Como os comunistas procuraram dominar os sindicatos e o «The Economist» chegou a escrever que «pela primeira vez, em 30 anos, o Partido Comunista britânico sente-se como alguém que está numa escada rolante ascendente», fundaram-se na Inglaterra duas associações chefiadas por militares reformados, cujos membros se denominaram «Protectores Voluntários da Constituição», e que pretendem defender as instituições da democracia constitucional!...

JULIO VAZ

Frente Popular em Portugal?

«A Revolução de 25 de Abril não foi obra comunista, se bem que entre os jovens oficiais do «Movimento das Forças Armadas»

possam encontrar-se alguns militantes e simpatizantes do P.C.P. Mas, com o vácuo de poder que se instalou no país, o único par-

tido político bem organizado, experiente no contacto com as massas e capaz de mobilizá-las no momento oportuno, está marchando para a conquista do Governo, nas eleições livres que se realizarão em Maio de 1975. Com a Frente Popular a ser estabelecida com os socialistas, o P.C.P. parece, a esta altura, ser imbatível. Mas a classe dirigente portuguesa, que por covardia e cupidez sustentou quase cinquenta anos de salazarismo, bem merece esse desfecho para a sua imprevidência política e sua carência de sensibilidade social».

TANCREDO DO AMARAL em «O Estado de S. Paulo» de 9 de Junho de 1974

O Cávado

Director:
Eng. Armando António Correia

Administrador:
Manuel Maria Pereira Barbosa

Coordenador:
Dr. Carlos Nuno Salgado Vaz

Redacção e Administração: Rua dos Chãos, 90-2.º Trás — Telef. 23858 (p. f.) — BRAGA

Proprietário, José Bernardino Amândio

Composto e impresso na Livreria Editora Pax — Rua do Souto, 75 — BRAGA